



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

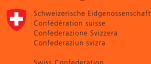
**Lenta, mas
inexoravelmente:**

***O ambiente,
as alterações
climáticas e a
migração nos
países ACP***



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



**Nota de
informação**

ACPOBS/2011/NI04

2011

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e da Suíça. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2011 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2011 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Judith Schicklinski, escritora freelance, e Zameer Noorali, Ponto Focal Nacional da Tanzânia, Observatório ACP das Migrações. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP

OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

**Lenta, mas
inexoravelmente:
*O ambiente, as alterações
climáticas e a migração
nos países ACP***

Na história da humanidade, as populações sempre migraram para fazer face às alterações ambientais. Agora, mais do que nunca, o ambiente, os efeitos prejudiciais das alterações climáticas e as respectivas relações com a migração são do conhecimento público. Este facto é particularmente pertinente para o Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). A relação entre a migração e o ambiente é dupla: por um lado, a migração pode ser induzida por alterações ambientais; por outro, os fluxos migratórios podem afectar o ambiente. Na maior parte dos casos, as alterações ambientais não têm influência directa na deslocação das pessoas. Em contrapartida, interagem com um conjunto de factores económicos, socioculturais e políticos e aumentam uma vulnerabilidade já elevada resultante da debilidade económica e uma grande dependência do ambiente (Black et al., 2011a, b; Kniveton et al., 2009; Laczko e Aghazarm, 2009).

Em 2008, seis dos vinte países com maior nível de deslocações decorrentes de catástrofes naturais eram países ACP, com quase 700.000 pessoas só em África (IDMC e OCHA, 2009). No entanto, espera-se que o grosso da migração influenciada por alterações ambientais seja motivado por alterações de evolução lenta, como secas, ondas de calor, cheias, etc. Prevê-se que uma degradação ambiental dos meios de subsistência cause um aumento da migração rural-rural ou rural-urbana interna (Gemenne, 2011; Laczko e Aghazarm, 2009). Há falta de dados exaustivos sobre esta relação, especialmente no tocante aos países ACP, o que dificulta a criação de planos de adaptação nacionais e regionais. Estes planos adquirem um papel fundamental se a migração não for só considerada como última opção, mas como uma possível estratégia de adaptação.

Definição de migração influenciada por alterações ambientais

«Se for possível identificar as alterações ambientais como propulsionadoras de migração, estas são um factor na decisão de migrar.»

Este conceito reconhece que a migração já ocorre na maior parte do mundo como resultado de cinco categorias alargadas de “propulsionadores”: económicos, sociais, ambientais, demográficos e políticos. (Government Office for Science, 2011 em Observatório ACP das Migrações, 2011)

Esta nota de informação tem por objectivo um esclarecimento dos conceitos, observação e desafios em matéria de dados relativos à migração e ao ambiente nos países ACP, indicar dados importantes disponíveis nos países ACP, destacar os efeitos da relação entre migração e ambiente no desenvolvimento humano e estabelecer recomendações para os decisores políticos nos países ACP.

1. Conceitos, observação e desafios em matéria de dados

O que é a migração no contexto da degradação ambiental e das alterações climáticas?

As definições de migração no contexto do ambiente e das alterações climáticas são extremamente contestadas. Os termos “refugiado climático” ou “refugiado ambiental”, amplamente usados pelos meios de comunicação, são rejeitados por muitos investigadores, organizações internacionais e governos, porque, por um lado, são legalmente incorrectos e, por outro, podem ter implicações nos níveis de protecção existentes para os refugiados políticos (Renaud et al., 2011; Zetter, 2009). O recente relatório “Foresight” (Government Office for Science, 2011) propôs uma definição (vd. caixa), que é intencionalmente geral de modo a incluir todos os fenómenos de migração influenciados pelas alterações ambientais, voluntários ou forçados¹, internos ou internacionais, permanentes ou temporários. Esta definição também é utilizada pelo Observatório ACP.

Em relação às previsões de “migrantes ambientais” em todo o mundo, devemos reconhecer que, devido à falta de uma abordagem metodológica amplamente aceite, os números existentes são estimativas e baseiam-se em duas fontes (Black, 2011a; Gemenne, 2011). Existem algumas possibilidades para a mitigação da degradação ambiental e das alterações climáticas que, juntamente com medidas de adaptação para criar a resistência dos Estados, agregados familiares e indivíduos, podem alterar a necessidade ou incentivar a deslocação (Zetter, 2009). Simultaneamente, as medidas de mitigação e de adaptação podem elas próprias provocar a deslocação de um número significativo de pessoas através da transferência (De Sherbinin et al., 2011).

O que são as alterações climáticas? Como estão relacionadas com o ambiente?

Considera-se que as alterações climáticas, que a [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas \(CQNUAC\)](#) refere nas suas definições de alterações climáticas (vd. caixa), agravam a degradação ambiental. As

1 A diferenciação não deve ser vista como uma divisão clara, devendo antes ser considerada com um *continuum*, vd. Renaud et al., 2011; Brown, 2008.

alterações e as consequências decorrentes podem distinguir-se em “**processos climáticos**” ou alterações de evolução lenta, como a desertificação, a subida do nível do mar, alterações nos padrões de pluviosidade (subidas ou descidas globais, bem como alterações sazonais) ou degradação dos solos através de uma diminuição dos recursos hídricos e um aumento da erosão dos solos provocada pelo vento ou pela água (Bilsborrow, 2009). O segundo tipo é constituído pelos “**fenómenos climáticos**” ou catástrofes súbitas, tais como maior frequência de secas e cheias (Brown, 2008; McLeman, 2011).

Como muitas destas consequências dizem respeito a regiões em zonas tropicais, zonas costeiras ou zonas semiáridas propensas a secas, muitos países ACP já estão a sofrer diversas consequências graves das alterações climáticas nos respectivos ambientes, prevendo-se que tal aumente no futuro. Estas alterações só podem ser observadas através de uma alteração nas condições climatéricas médias, as quais são medidas através da observação de um leque de variáveis de substituição durante um determinado período de tempo (Zetter, 2009). Assim, as previsões de alterações futuras são difíceis de extrapolar e assentam sobretudo na determinação de várias hipóteses, que dependem do desenvolvimento demográfico e económico futuro e dos esforços para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, etc. (Brown, 2008).

Desafios na recolha de dados

Espera-se que muita da migração de evolução lenta influenciada pelas alterações ambientais ocorra dentro das fronteiras dos Estados. Além de documentar os movimentos transfronteiriços, a maioria dos países ACP também tem recenseamentos que registam os padrões de migração interna. Contudo, a grande maioria destas estatísticas de migração revela vários “propulsionadores” (drivers) de migração e a influência das alterações ambientais nos mesmos.

Alterações climáticas:

«alterações do clima atribuídas, directa ou indirectamente, a actividades humanas que alteram a composição da atmosfera global e que são, além da variação natural do clima, observadas durante períodos de tempos comparáveis» (UNFCCC art.1, par.2)

Nalgumas regiões de África, verificou-se uma maior pluviosidade, alterações das estações das chuvas, menores períodos de crescimento e cheias mais intensas, ao passo que noutras regiões se verificou uma fraca pluviosidade, que resultou em seca e desertificação (UNCTAD, 2010).

Além disso, a migração influenciada por alterações ambientais é uma **questão transversal**, que afecta várias zonas de governação internacional. Assim, a migração e as alterações climáticas não dizem respeito a uma única autoridade (McAdam, 2011). Este facto dificulta a coordenação da recolha de dados nos vários países e levanta obstáculos ao valor comparativo dos dados.

2. Dados: situação actual e tendências passadas nos países ACP

Como estão interligados o ambiente, as alterações climáticas e a migração nas regiões ACP?

«Calcula-se que dois terços da terra africana já estão degradados até certo ponto e que a degradação da terra afecta, pelo menos, 485 milhões de pessoas ou sessenta e cinco por cento da população africana.»
(UNECA, 2008:6)

Esta secção apresenta um resumo sobre os principais números e tendências, sobre os efeitos do ambiente e das alterações climáticas na migração e sobre o impacto dos movimentos migratórios no ambiente, enquanto examina possíveis desenvolvimentos futuros. Devido à complexa relação entre migração e alterações climáticas, serão usados exemplos das regiões ACP, dos Estados insulares e dos países privados de ligação com o mar para demonstrar algumas das relações causais entre ambas. Ironicamente, o Grupo de Estados ACP, dos quais metade (40 países) são Países Menos Desenvolvidos (PMD), é o que menos responsabilidades tem nas alterações climáticas. E, no entanto, agora encontram-se **entre os países mais vulneráveis e mais afectados** (UN-OHRLS, 2009). Tal deve-se a pressões ambientais e populacionais já elevadas combinadas com um baixo poder económico. Sem as estratégias de mitigação e de adaptação adequadas, suportadas pela comunidade internacional, incluindo a mobilidade correctamente planeada, estes enfrentarão uma maior degradação ambiental induzida pela migração e mais pessoas recorrerão à migração indevidamente preparada. A migração sempre foi uma estratégia de adaptação às alterações climáticas na maioria dos países ACP e pode tornar-se parte da solução face às alterações climáticas.

Nos países ACP, a maioria da população rural depende da agricultura, da exploração de pastagens ou da pesca. A desflorestação e a exploração excessiva da terra resultam na **erosão e na degradação do solo**, constituindo um dos problemas de maior gravidade para estas populações. Contrariamente ao pressuposto, generalizado, de que as catástrofes ambientais locais de evolução rápida conduzem à maior parte da migração, nos países ACP a migração influenciada por alterações ambientais é geralmente causada por alterações de evolução lenta (Naik, 2009).

A competição por recursos naturais (como água e terra) pode resultar em mobilidade pastoril influenciada por alterações ambientais e a competição por recursos e as alterações no uso da terra podem conduzir a disputas (Ramphal Centre, 2011). Nos países ACP, não é provável que todos os grupos populacionais sejam igualmente afectados pelas alterações climáticas. Sem meios para migrar, os **mais pobres sofrerão se estiverem encurralados** em zonas mais vulneráveis a eventos de evolução rápida induzidos por alterações climáticas, como deltas de rios a baixa altitude ou zonas costeiras. Também têm menos estratégias de resposta, tal como migração planeada no caso de alterações de evolução lenta. As pessoas menos pobres também são afectadas, uma vez que **migram em números bastante significativos para estas regiões de deltas mais vulneráveis**, especialmente grandes cidades costeiras, que na maior parte dos casos não estão suficientemente adaptadas às alterações climáticas (Black et al., 2011a).

A **Migração sazonal e circular** sempre foi vista como **estratégia de adaptação** para enfrentar a natural mudança anual das estações. É este o caso em zonas rurais em fase inicial de degradação ambiental como reacção a alterações de evolução lenta (Kniveton et al., 2009).

Mitos:

A maioria dos migrantes que decide deslocar-se é influenciada por alterações ambientais:

- fugir de catástrofes ambientais.
- atravessar fronteiras e continentes, ir de países em desenvolvimento para países desenvolvidos.

Factos:


A maioria das pessoas desloca-se:


- influenciado a alterações ambientais de evolução lenta.
- por influência de alterações ambientais, interna ou regionalmente, no sul.
- para regiões dum ambiente vulnerável.


... e alguns não podem deslocar-se por causa de falta de meios financeiros.


Actualmente, as mulheres representam quase metade dos migrantes em todo o mundo (UN DESA, 2009). Contudo, no caso da migração influenciada por alterações climáticas, **a base de fundamentação em relação ao sexo é muito fraca**: diversos estudos em várias regiões referem ou uma maioria de migrantes masculinos ou de migrantes do sexo feminino (Naik, 2009). Na migração planeada, contudo, normalmente escolhe-se um membro da família do sexo masculino para migrar, de modo a aumentar o rendimento do agregado familiar, aumentando a vulnerabilidade das mulheres, pois, na maior parte dos casos, ficam para trás no ambiente degradado. No tsunami de 2004 na Ásia, morreram mais mulheres do que homens na Indonésia, na Índia e no Sri Lanka porque tinham menos informação e porque ficaram para trás para tomar conta das respectivas famílias (Oxfam International, 2005).

África Ocidental


 As alterações ambientais podem alterar os padrões de migração já existentes: no Mali, a migração laboral interna substituiu parcialmente os movimentos internacionais durante a seca entre 1982 e 1989 e, no Burquina Faso, a seca levou a um aumento dos preços dos alimentos, o que empobreceu ainda mais os habitantes e os impossibilitou de migrar (Kniveton, 2009; Naik, 2009).

 Os agricultores e os pastores dependem profundamente do ecossistema para o respectivo sustento, o que os deixa extremamente vulneráveis à degradação ambiental, incluindo as alterações climáticas. Assim, **a migração intra-regional sazonal e circular** é há muito uma estratégia de resposta às recorrentes alterações ambientais de evolução rápida e lenta (Naik, 2009).


 O **Senegal** é extremamente vulnerável aos processos de degradação graduais, como as secas, a desertificação, a degradação do solo, a erosão e a desflorestação (Jäger et al., 2009). A pluviosidade tem vindo a diminuir de forma persistente desde o final da década de 60. Os agregados familiares rurais usam a migração sazonal rural-urbana como estratégia de diversificação de rendimento, migrando um membro da família para a cidade no fim do período de crescimento (Kniveton et al., 2009).

 **O Níger, um país no Sahel privado de ligação com o mar em que três quartos do país estão cobertos por desertos**, enfrenta cada vez mais problemas ambientais correlacionados exacerbados pelas alterações climáticas. Eventos meteorológicos extremos, como cheias, secas, temperaturas extremas e ventos extremamente fortes, são cada vez mais frequentes.


Estas alterações provocam escassez de água, degradação do solo e erosão das terras pela água e pelo vento. Os impactos negativos na agricultura e na criação de gado, as principais fontes de rendimento do país, são imensos (Republic of Niger et al., 2006). A estratégia de resposta natural dos pastores de deslocar os rebanhos após as chuvas está a tornar-se menos eficaz. Os conflitos entre pastores e agricultores sedentários relativamente aos recursos hídricos e dos solos são cada vez maiores. Assim, os pastores dedicam-se ao sobrepastoreio ou procuram novas actividades geradoras de rendimento, como a venda de lenha. Tal leva à desflorestação, o que agrava a deterioração o ambiente (Warner et al., 2009a).


 Na região de elevada densidade populacional de Agulu-Nanka, no sudeste da **Nigéria**, a erosão das ravinas afecta cerca de 2,5 milhões de pessoas. A ameaça teve início no século XIX e agravou-se devido à eliminação da vegetação original, ao desenvolvimento de infra-estruturas e às alterações cada vez maiores dos padrões climáticos. Estas alterações conduziram a cheias e a erosões súbitas, com efeitos devastadores para a população local. Perderam-se vidas humanas e gado, casas e terras e as pessoas foram deslocadas permanentemente (Leighton et al., 2011).

África Central

 Na África Central, a desflorestação, em parte resultante de movimentos migratórios forçados, tem como consequência uma perda irreversível da biodiversidade (Bilsborrow, 2009).

África Oriental

 No Corno de África, a diminuição da pluviosidade nas últimas duas décadas e os conflitos provocaram a escassez de alimentos, pois os caminhos habituais dos pastores foram cortados devido a lutas contínuas. Originaram-se conflitos armados transfronteiriços por causa de recursos fundamentais escassos, tais como pastos e água, no Sudão, no Quénia, na Etiópia e no Uganda (OIM, 2009a).

 No **Quénia**, na região do Lago Turkana, secas recorrentes destruíram os meios de subsistência dos pastores na região já semiárida. Numa iniciativa da OIM, foram encontradas fontes alternativas de meios de subsistência em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento das Pescas do Quénia: foram concedidos meios aos pastores para pescarem em lagos profundos, para cultivarem produtos resistentes à seca e para construírem poços pouco profundos e tanques de água para melhorar a recolha de água (OIM, 2010a).


Recentemente, verificou-se que enquanto no Quênia uma melhor qualidade do solo reduz os fluxos migratórios laborais temporários, no **Uganda** a migração aumentou ligeiramente. Este facto contradiz a opinião generalizada de que a degradação do solo desencadeia automaticamente a migração para fora das zonas rurais, confirmando a complexidade da relação entre alterações climáticas e migração (Cray, 2011).




Fugindo da pior seca da África Oriental dos últimos 60 anos, esta família somali dirige-se para o Quênia, onde se situa o maior campo de refugiados em Dadaab
© IOM, 2011 (Fotografia: Ilovac)


Os países do **Grande Corno de África** ainda se debatem com o rescaldo das grandes deslocações populacionais decorrentes da seca das décadas de 80 e 90. No caso da **Etiópia**, as deslocações foram coordenadas pelo governo para colocar as populações longe das zonas rurais nas regiões de elevada altitude, criando uma das maiores deslocações maciças de pessoas no mundo. No entanto, a região volta a enfrentar outra seca, **desta vez a pior** dos últimos 60 anos. Na década de 90, os preços dos alimentos triplicaram e a fome, exacerbada pelos conflitos contínuos na **Somália**, causou fluxos migratórios intra-regionais maciços, principalmente da Somália para o Quênia. Como consequência, foi criado o maior campo de refugiados do mundo (em Dadaab), onde vivem mais de 447.000 refugiados (OIM 2011c). Em 2009, a seca foi seguida da deslocação de pessoas e de gado para o norte da **Tanzânia**. As deslocações são predominantemente internas (rural-urbana), perpetuando os problemas existentes nos bairros de lata urbanos. Em 1994, durante a guerra civil do Ruanda, mais de 400.000 pessoas fugiram para a Tanzânia, fazendo com que a povoação do Kasulo passasse de 1.000 residentes para a segunda maior área populacional da Tanzânia. Por questões de sobrevivência, foram cortadas árvores, o que provocou a desflorestação e a erosão do solo (Permanent Mission of Greece Geneva and IOM, 2009). Graves secas afectaram a

maioria do país, originando um aumento da migração transfronteiriça, especialmente para Moçambique e para o Quênia.


 Além de estar sujeito às cheias sazonais, à erosão costeira e a fortes precipitações, **Madagáscar** é o país africano mais vulnerável a ciclones tropicais, tendo a sua frequência aumentado nos últimos anos. A ilha foi atingida por seis ciclones em 2006 e 2007 e por três em 2008, que não só provocaram prejuízos devido à tempestade, mas também erosão, levando à destruição de infra-estruturas e de meios de subsistência. A migração tornou-se uma estratégia de sobrevivência. As comunidades locais, apesar de extremamente ligadas às respectivas terras, pediram ajuda para deslocação voluntária para zonas adjacentes mais seguras, de modo a ficarem o mais próximo possível dos seus campos de arroz (OIM, 2009a; c).


África Austral

 **Moçambique**, com cerca de 2.700 quilómetros de costa, a foz de muitos rios internacionais e parte das terras abaixo do nível do mar, **é extremamente vulnerável** aos efeitos adversos da degradação ambiental e das alterações climáticas (Jäger et al., 2009; MICOA, 2007). Depois da independência em 1975 e durante a subsequente guerra civil, a reinstalação forçada da população fazia parte tanto da política governamental da Frelimo como da da Renamo. Nos últimos dez anos, o país não só foi perturbado por secas, como também foi atingido por cheias e ciclones tropicais várias vezes (2000, 2001, 2007 e 2008), o que destruiu muitos deltas baixos (OIM, 2009a). Os habitantes ao longo do rio Zambeze que praticam a pesca e a agricultura de subsistência foram os mais afectados, tendo sido deslocadas centenas de milhares de pessoas. A maioria dos habitantes que foram reinstalados em zonas de maior altitude ainda depende da assistência internacional, pois as suas colheitas foram destruídas durante dois anos consecutivos (Warner et al., 2009b). Esta reinstalação provocou uma pressão adicional no ambiente e há previsões que indicam uma tendência, sim sinais de reversão, rápida dos níveis de precipitação, padrões meteorológicos e eventos extremos cada vez mais imprevisíveis (Warner et al., 2009a).


 Em **Angola**, entre 1960 e 2006, a média anual de precipitação parece ter diminuído. Contudo, os padrões de precipitação também parecem ser cada vez mais intensos e imprevisíveis. As cheias sazonais são um fenómeno periódico. Em 2009, o país experienciou uma das mais graves cheias ocorridas em muitos anos. O sul foi atingido por fortes precipitações, que


resultaram em cheias, deixando mais de 80.000 pessoas sem casa e levando à migração interna (Angola Today, 2011; British Red Cross, 2009; OIM, 2009a).

 Privado de ligação com o mar, o **Lesoto** é um país particularmente vulnerável, caracterizado por condições climáticas extremamente variadas. Além disso, 85 por cento da população vive em zonas rurais, ganhando a vida através da agricultura de subsistência. Ocorreram secas periodicamente, contudo, entre 1979 e 1996, as secas atingiram o ponto máximo em quase 200 anos, tendo a seca mais longa durado de 1991 a 1995. As pressões ambientais conexas incluem erosão do solo, degradação da terra e desertificação, as quais são agravadas pelas alterações climáticas (Ministry of Natural Resources Lesotho et al., 2007).


 A diminuição e a insuficiência das colheitas podem levar à insegurança alimentar. Nas terras baixas do sul, a estratégia de resposta dos pastores consistiu na migração para cidades próximas, para trabalharem durante os anos de baixa produtividade agrícola. Como consequência, verifica-se uma migração rural-urbana de jovens em larga escala e os efeitos das alterações climáticas deverão exacerbar esta tendência (Ministry of Natural Resources Lesotho et al., 2007).


Caraíbas


 Nas Caraíbas, metade da população vive em 1,5 quilómetros de costa, onde estão situadas as grandes infra-estruturas e as actividades económicas (Gallina, 2010). Com a maioria das cidades caribenhas localizada na costa, há uma possibilidade maior de ficarem vulneráveis aos ciclones comuns, aos furacões e às cheias que ocorrem com maior frequência e de forma mais intensa devido às alterações climáticas. Prevê-se que os eventos meteorológicos, incluindo secas e ondas de calor, ocorram com mais frequência (OIM, 2009a).


 Além do mais, a desflorestação aumenta a vulnerabilidade das pessoas durante os furacões e as cheias, pois torna as derrocadas mais prováveis (Jäger et al., 2009). Em Junho de 2011, a primeira grande chuva da estação dos furacões do Atlântico provocou **cheias e derrocadas no Haiti**. É frequente os deslocados em campos de emergência mudarem-se temporariamente, por um período maior ou menor, durante a estação dos furacões. Sendo a produção agrícola a principal fonte de subsistência, as derrocadas são uma enorme ameaça ao bem-estar das comunidades (Martin, 2009).

Pacífico

 Os pequenos Estados insulares de baixa altitude do Pacífico já são afectados pela subida no nível do mar induzida pelas alterações climáticas e pelo aumento dos ciclones tropicais, das cheias, das tempestades e das derrocadas. As deslocações ocorrem em **Quiribati, Papuásia-Nova Guiné e Vanuatu** (Gallina, 2010). As ilhas sofrerão de erosão acelerada do litoral, onde vive a maior parte da população. A subida do nível do mar ameaça ainda as reservas de água doce, devido à intrusão salina, e aumenta a vulnerabilidade a doenças de origem hídrica e a água potável imprópria para consumo (Leighton et al., 2011).

 **Timor-Leste** sofre vários eventos climáticos extremos durante o ano. Prevê-se que as alterações climáticas façam com que a pluviosidade aumente e tenha mais oscilações e que tornem o país mais quente e mais seco, afectando a agricultura de subsistência nas zonas rurais, que é a principal fonte de rendimento. Outros grandes problemas são a deflorestação, que conduz à erosão, e o rápido crescimento populacional, cujos efeitos combinados aumentam o risco de deslocações induzidas pelo ambiente (OIM, 2009a; UNDP, 2008).

 A **Papuásia-Nova Guiné** é o maior país da região e o que tem maior densidade populacional, estando a sua população - que é maioritariamente rural - em constante crescimento. Este facto torna o país especialmente sensível às alterações ambientais: é provável que a urbanização seja escolhida como estratégia de adaptação às alterações climáticas, o que agravará a vulnerabilidade das pessoas, uma vez que a maior parte das cidades se situa no litoral e já tem o problema das cheias. Já teve início a deslocação interna forçada: em Dezembro de 2008, as cheias causadas por marés excepcionalmente altas na costa norte provocaram a deslocação de 75.000 pessoas. Verifica-se o risco de cheias repentinas nas regiões de elevada altitude e de cheias costeiras no sul (ADP, 2009). Devido à intrusão de água salgada, as reservas alimentares de emergência estão a acabar na ilha Carteret de baixa altitude, levando à reinstalação em Bougainville, uma ilha situada a maior altitude (UNHCR, 2010).

 Nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento das **Ilhas Salomão**, as alterações climáticas são a mais importante questão ambiental e de desenvolvimento. A maioria da população encontra-se em zonas litorais de baixa altitude, ameaçadas pela subida do nível do mar. Mais de 80 por cento dos salomonenses vive em zonas rurais que dependem, sobretudo,

da agricultura de subsistência e da pesca. As variações de temperatura, a intrusão de água salgada e as cheias, bem como a crescente intensidade e frequência de ciclones tropicais têm um impacto negativo na agricultura. A erosão costeira também reduz a superfície de solo arável. Muitas das comunidades costeiras já se mudaram várias vezes para zonas de maior altitude nos últimos 15 anos, devido às cheias e às tempestades. Nos últimos anos, um maior número de pessoas mudou-se também para Honiara (Ministry of Environment, Conservation and Meteorology Honiara/GEF/UNDP, 2008).

3. Impacto da migração, do ambiente e das alterações climáticas no desenvolvimento humano

Além do impacto directo das alterações ambientais no desenvolvimento humano, a migração influenciada pelas alterações ambientais tem os seus próprios efeitos no desenvolvimento humano nas regiões de origem, assim como nas regiões de destino (Boko et al. 2007; Black et al. 2008; Mimura et al., 2007). Estes dois impactos serão examinados com mais pormenor nesta secção.

Impacto da migração influenciada pelas alterações ambientais nas regiões de origem

Como debatido por Bilsborrow (2009), a migração de jovens do sexo masculino no Quênia tem tido um impacto negativo no sector agrícola de mão-de-obra intensiva. A perda de capital humano, devido à degradação ambiental, reduziu o desempenho e a produção agrícola, deixando os que ficaram para trás com baixos níveis de produtividade económica e rendimentos diminutos. Além dos possíveis impactos negativos no desenvolvimento humano dos que ficaram para trás, a **diversificação dos rendimentos dos agregados familiares** através da migração pode influenciar de forma positiva a capacidade de adaptação dos agregados familiares, a sua resistência e as oportunidades de desenvolvimento, por exemplo, através da **transferência de conhecimento e de competências, remessas** ou **tecnologia, como no caso da Guiné** (Barnett e Webber, 2009; Tacoli, 2011). Nesses casos, a migração pode servir como **estratégia de desenvolvimento**. Simultaneamente, as remessas também podem levar a uma maior polarização entre os agregados familiares que recebem e os que não recebem remessas, podendo assim ter um impacto ambivalente no desenvolvimento (Tacoli, 2011).

Impacto da migração influenciada pelas alterações ambientais nas regiões de destino

O impacto da migração influenciada por alterações ambientais em regiões de destino depende de vários factores. Um dos receios comuns sobre este tipo de migração é o afluxo maciço de pessoas para uma região. Prevê-se que estes movimentos causem uma maior pressão no ambiente e nos recursos limitados, tais como água doce e terra arável, e que os movimentos populacionais possam conduzir a uma degradação ambiental. Esta é uma ameaça real. Por exemplo, se os campos destinados a aos deslocados por catástrofes súbitas não forem bem geridos (por exemplo, má gestão de resíduos, exploração mineira ou derrube de árvores descontrolado) ou se o uso intensivo da terra conduzir à degradação da mesma e a colheitas insuficientes (Permanent Mission of Greece Geneva and IOM, 2009; Boko et al. 2007). Estes impactos negativos também poderão ocorrer no caso de afluxo de migrantes para zonas urbanas com falta de infra-estruturas, o que pode conduzir a meios de subsistência insalubres, riscos para a saúde e poluição, bem como a uma maior vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas para as pessoas que vivem em bairros de lata (Permanent Mission of Greece Geneva and IOM, 2009). Contudo, estes efeitos negativos não são inevitáveis. A investigação demonstra que uma **boa gestão dos campos** para deslocados ou reinstalados e o **envolvimento da comunidade migrante**, bem como da **comunidade local** nas actividades pode originar oportunidades de desenvolvimento positivas para a região de destino. Para melhorar os direitos das pessoas deslocadas devido a catástrofes naturais, o Comité Permanente Inter-Agências desenvolveu a [IASC Operational Guidelines on Human Rights and Natural Disasters](#) (Orientações Operacionais do IASC relativas aos Direitos Humanos e às Catástrofes Naturais), uma ferramenta para governos e para organizações humanitárias não governamentais internacionais a utilizar na prevenção contra catástrofes, na resposta e nas actividades de recuperação (IASC, 2009).

4. Boas práticas, conclusões e recomendações

Amiúde, as actuais políticas de migração centram-se exclusivamente na redução da migração em vez de serem interdisciplinares e transversais, tentando aumentar os seus benefícios e reduzir os seus custos (Barnett e Webber, 2009; GFMD, 2010). Até agora, houve poucos países a elaborar medidas políticas específicas para dar resposta aos movimentos de “migrantes ambientais” e nenhum tem uma política de reinstalação pró-activa para as pessoas afectadas por catástrofes ambientais (Laczko e Aghazarm, 2009).

4.1 Boas práticas

Mobilidade como estratégia de adaptação

A migração como estratégia de adaptação pró-activa necessita de ser integrada de forma mais sistemática nos Programas de Acção Nacionais de Adaptação (PANA) para PDM (GFMD, 2010)

No **Quénia**, estão a ser implementados os projectos da OIM *Mitigating Resource Based Conflict among Pastoralist Local Communities Including Refugee Host Community in Northern Kenya through Strengthening Youth Capacities to Adapt to Climate Change* (Mitigação dos Conflitos com Base nos Recursos entre as Comunidades Locais de Pastores Incluindo Comunidades de Acolhimento de Refugiados no Norte do Quénia através da Consolidação das Capacidades dos Jovens para se Adaptarem às Alterações Climáticas) e *Emergency Livestock Support to Refugee Hosting Communities Affected by Protracted and Extreme Climatic Conditions in Northwest Kenya* (Apoio de Emergência à Pecuária para Comunidades de Acolhimento de Refugiados Afectadas por Condições Climáticas Extremas e Prolongadas no Noroeste do Quénia). O objectivo dos projectos consiste em reduzir o impacto dos conflitos transfronteiriços induzidos pela seca entre pastores, através da promoção das suas necessidades em termos de mobilidade interna e transfronteiriça como estratégia de adaptação às alterações climáticas e através do apoio aos governos no sentido de desenvolverem um quadro normativo regional sobre a migração e a mobilidade.

Nas **Ilhas Salomão**, o projecto em curso do [UNDP, the Ministry of Environment, Climate Change, Meteorology and Disaster Management \(MECMD\) through its Climate Change Division, and of Agriculture and Livestock \(MAL\)](#) relativo a *Enhancing resilience of communities in Solomon Islands to the adverse effects of climate change in agriculture & food security* (Aumentar a Resistência das Comunidades Salomonenses aos Efeitos Adversos das Alterações Climáticas na Agricultura e na Segurança Alimentar) é composto por iniciativas de adaptação com base na comunidade, de consolidação institucional para promover quadros políticos de resistência ao clima para o sector agrícola e partilha de informações relativas à adaptação às alterações climáticas.

...na redução de riscos de catástrofes

Nos **Estados Federados da Micronésia** e na **República das Ilhas Marshall**, um *Disaster Mitigation, Relief and Reconstruction Programme* (*Programa de Mitigação de Catástrofes, Assistência e Reconstrução*), implementado pela OIM, tem por objectivo disponibilizar assistência humanitária para a reconstrução e a recuperação após catástrofes. A capacidade de resposta a situações de emergência deverá ser aumentada através do trabalho com os governos e as comunidades em questão (OIM, 2009d).

Em **Timor-Leste**, o projecto *IOM Support to Disaster Risk Reduction in Timor-Leste, Phase II* (*Apoio da OIM para a Redução do Risco de Catástrofes em Timor-Leste, Fase II*) tem por objectivo reforçar as instituições governamentais em matéria de preparação e resposta a catástrofes naturais, bem como apoiar a gestão do risco de catástrofes com base na comunidade.

Redução do Risco de Catástrofes:
«Enquadramento conceptual de elementos considerados passíveis de minimizar as vulnerabilidades e os riscos de catástrofes em toda uma sociedade, para evitar (prevenção) ou limitar (mitigação e preparação) os efeitos adversos das catástrofes, dentro do contexto lato do desenvolvimento sustentável.»
(UN/ISDR, 2004: 17)

Investigação e criação de capacidades

O [Global Environmental Migration Project](#) (Projecto de Migração Ambiental Global), do programa britânico “Foresight”, explorou as consequências e os padrões globais da migração no desenvolvimento durante os próximos 50 anos, decorrentes das alterações ambientais, principalmente em zonas muito afectadas pelas alterações ambientais e pela migração. O [relatório final do projecto](#) foi publicado recentemente (Government Office for Science, 2011).

O projecto [Environmental Change and Forced Migration Scenarios \(EACH-FOR\)](#) (Alterações Ambientais e Cenários de Migração Forçada) foi fundado pela Comissão Europeia e concretizado por cientistas ambientais e peritos em migração.

O [Quadro de Acção de Hyogo](#) é o mais conhecido instrumento internacional juridicamente não vinculativo sobre prevenção de catástrofes, com cinco áreas de acção prioritárias, para o período de 2005-2015 (OIM, 2010b)

Os Princípios directrizes sob a deslocação interna constituem um quadro de protecção existente

As organizações regionais podem desempenhar um papel importante na promoção da cooperação entre as partes interessadas em vários países para garantir uma maior coerência política, por exemplo, através do apoio a governos no desenvolvimento de legislação nacional, de acordos de migração laboral regional, da cooperação regional relativamente à RRC e às AAC e de sistemas de resposta a catástrofes regionais
(Barnett e Webber, 2009)


Em 23 pequenos estudos de casos realizados em todo o mundo, foi explorada a relação entre alterações climáticas e migração. Uma nova investigação especializada de grande escala (por exemplo, mais inquéritos especializados a agregados familiares) deverá ser o próximo passo de investigação para obter mais estudos representativos em termos nacionais. O Observatório ACP das Migrações está a planear, nesse sentido, estudos aprofundados em vários países-piloto com o objectivo de fomentar o desenvolvimento e a adaptação de políticas. Estão previstos dois estudos-piloto para 2011, nomeadamente no DRC e na região do Pacífico, para estudar as ligações entre o ambiente, a migração e o desenvolvimento humano. Em 2012, poderão ser estudados outros países. Devido a estruturas de Governo frequentemente frágeis, também é necessária a criação de capacidades para funcionários nacionais (Laczko e Aghazarm, 2009) e é uma das actividades do Observatório ACP planeada para 2013.


4.2 Recomendações

Apoiar uma base factual mais forte e capacidades




A investigação orientada para as políticas sobre a migração influenciada pelas alterações ambientais deveria incidir mais na migração interna sul-sul, as pessoas encurraladas e as pessoas que migram nas regiões vulneráveis, em particular nas cidades, conferindo maior importância às alterações ambientais de evolução lenta, e examinar como a migração pode ser usada como estratégia de adaptação às alterações climáticas. Para melhorar a recolha de dados e as metodologias de investigação, os investigadores necessitam de trabalhar de um prisma mais interdisciplinar.

 Poderia ser criada uma comissão independente – **Commission on Migration and Environment Data (CMED)** –, formada por organizações internacionais como a OIM e agências das Nações Unidas, para desenvolver uma **Base de dados global sobre a migração influenciada por alterações ambientais**. A ferramenta veicularia orientações práticas sobre as definições normativas, utilizando melhor as fontes de dados existentes, partilhando-as sistematicamente, desenvolvendo indicadores comparáveis internacionalmente de influência da migração por alteração ambiental, reunindo uma descrição da legislação, das políticas e dos programas existentes relativos a este tipo de migração ao nível nacional, regional e global e sugerindo soluções políticas (Laczko e Aghazarm, 2009).

 As **capacidades** dos responsáveis, das comunidades e de outros intervenientes têm de ser reforçadas de modo a prevenir a deslocação forçada.


Integrar a migração como estratégia de adaptação em quadros (políticos) existentes


 As **estratégias de adaptação** às alterações climáticas permitem que as pessoas permaneçam nas respectivas povoações de origem, reduzindo a vulnerabilidade e criando resistência às alterações climáticas. As AAC incluem a adaptação de práticas agrícolas (por exemplo, produtos resistentes à seca), a criação de infra-estruturas como barreiras costeiras e diques, a migração laboral voluntária e a planificação da reinstalação, se não for possível ficar (Martin, 2010). O trabalho circular ou temporário voluntário pode diversificar o rendimento familiar e melhorar as condições de subsistência da região, através da transmissão de remessas financeiras e sociais. Para evitar o uso inadequado das remessas por parte dos beneficiários, podem ser canalizados fundos através de um pool de remessas, permitindo que o governo subsidie e oriente projectos de desenvolvimento sustentável para migrantes e respectivas comunidades, enquanto assegura


A reinstalação deveria ser apenas uma estratégia de último recurso, idealmente conduzida com o tempo necessário de preparação, seguindo a abordagem pró-activa Reinstalação com Desenvolvimento (Barnett e Webber, 2009)


um processo de desenvolvimento participativo tanto ao nível micro como macro. Tal poderá incentivar a conservação ambiental e o retorno dos migrantes. Neste caso, a migração pode ser uma estratégia benéfica para a adaptação ao clima e para o desenvolvimento (Leighton et al., 2011). Deste modo, as medidas políticas têm de **facilitar os movimentos voluntários** fora das regiões vulneráveis, disponibilizando **sistemas de microfinanciamento** e **educação**, facilitando as remessas, o conhecimento e a transferência de competências às comunidades vulneráveis e o acesso aos mercados laborais, através do desenvolvimento de sistemas de migração laboral circular e temporária internacionais para comunidades vulneráveis em termos ambientais, especialmente em fases menos avançadas de degradação ambiental (GFMD, 2010; Barnett e Webber, 2009) e através da redução de barreiras à migração de retorno.

As RRC e as AAC estão integradas em projectos de desenvolvimento, por exemplo, na Maurícia, no Senegal, no Mali, no Zimbabué, em Timor-Leste, no Haiti e em Moçambique, e têm por objectivo sensibilizar os decisores políticos para a necessidade de integrarem a migração numa estratégia de adaptação nacional e de investirem em AAC e RRC (IOM, 2009a)


 Uma estratégia de adaptação especial para eventos de evolução rápida é a consolidação de sistemas de resposta a catástrofes bilaterais, regionais e internacionais. As **Estratégias de Redução dos Riscos de Catástrofes** identificam três áreas de acção: a compilação das avaliações de riscos, a criação de sistemas de alerta precoce e a incorporação de elementos de redução de riscos nos planos de desenvolvimento nacionais (GFMD, 2010).

 O Caribbean Development Bank tenciona estabelecer um mecanismo de seguros contra catástrofes na forma de fundo fiduciário multilateral, para proteger as instituições de microfinanças e os meios de subsistência dos mutuários do microcrédito das catástrofes naturais.

 As **redes sociais** existentes também desempenham um papel importante no acesso dos migrantes temporários ou sazonais aos mercados laborais das regiões de destino (Tacoli, 2011).

 A tendência de urbanização em curso nos países ACP resulta num aumento do número de migrantes em cidades maiores. Estes encontram-se sobretudo

nas zonas costeiras e de baixa altitude, ficando assim expostos a um risco maior de eventos relacionados com as alterações climáticas. Ao determinar **a delimitação dos solos por zonas e códigos de construção rigorosos**, os migrantes mais pobres poderão ser impedidos de se instalarem nas zonas mais perigosas. Estas alternativas de baixo custo não abordarão as causas primordiais, mas poderão contribuir para evitar a deslocação numa fase posterior (GFMD, 2010).

 **Direitos de habitação, fundiários e de propriedade:** Nem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) de 1992 refere as deslocações e os direitos humanos, nem Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 inclui os direitos dos “migrantes ambientais”. Embora a dimensão de mitigação se encontre no topo das agendas políticas nacionais e internacionais, as estratégias de adaptação continuam a ser menos abordadas. Tal contrasta com o facto de as alterações climáticas já desencadearem ou contribuírem para a migração, com grande probabilidade de influenciar ainda mais os padrões migratórios no futuro. Para evitar os conflitos e para criar soluções sustentáveis, é indispensável ter em consideração a questão dos direitos humanos, como os direitos de habitação, fundiários e de propriedade (Displacement Solutions, 2009).

Como a maioria da migração induzida pelo clima ocorrerá dentro das fronteiras nacionais, os direitos de habitação, fundiários e de propriedade têm de ser integrados em processos de planeamento nacionais, através da sua inclusão, por exemplo, em documentos-chave, tais como os [Programas de Acção Nacionais de Adaptação \(PANA\)](#) (Displacement Solutions 2009; USAID, 2010).

Um exemplo de envolvimento da comunidade pode ser observado na Papuásia-Nova Guiné. O *Integrated Carterets Relocation Programme* (Programa Integrado de Reinstalação de Carteret) da [iniciativa baseada na comunidade – Tulele Peisa](#) foi criado para encontrar soluções de habitação, fundiárias e de propriedade no processo de reinstalação actualmente em curso das Ilhas Carteret para a Ilha de Bougainville (Displacement Solutions, 2009).

Movimentos para as regiões urbanas e de deltas mais vulneráveis nos países ACP necessitam planeamento urbano, incluso acesso à água, sistemas sanitárias e comida nas cidades no Sul (Government Office for Science, 2011)

5. Outra documentação

Referências

Angola Today

- 2011 *Environment*, <http://www.angola-today.com/environment/>.

Asian Development Bank (ADB)

- 2009 *Climate Change and Migration in Asia and the Pacific, Draft*. http://www.preventionweb.net/files/11673_ClimateChangeMigration.pdf.

Barnett, J. e M. Webber

- 2009 *Accommodating Migration to Promote Adaptation to Climate Change*, <http://www.ccdcommission.org/Filer/documents/Accommodating%20Migration.pdf>.

Bilsborrow, R. E.

- 2009 Collecting data on the migration–environment nexus. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. Geneva, pp. 113-196, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

Black, R. et al.

- 2008b *Demographics and Climate Change: Future Trends and their Policy Implications for Migration*. Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty, Working Paper T-27, http://www.migrationdrc.org/publications/working_papers/WP-T27.pdf.
- 2011a Climate change: Migration as adaptation. *Nature*, volume 478, 27 October 2011, pp. 447-449.

British Red Cross

- 2009 *Delegates deployed to floods in Angola*, <http://www.redcross.org.uk/About-us/News/2009/May/Delegates-deployed-to-floods-in-Angola>.

Gray, C.

- 2011 Soil quality and human migration in Kenya and Uganda. *Global Environmental Change*, volume 21, issue 2, May 2011, pp. 421-430, <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378011000264>.

Council of Europe

- 2008 *Environmentally induced migration and displacement: a 21st century challenge*, Doc. 11785, Report of the Committee on Migration, Refugees and Population of the Parliamentary Assembly, <http://assembly.coe.int/Documents/WorkingDocs/Doc08/EDOC11785.pdf>.

De Sherbinin et al.

- 2011 Preparing for Resettlement Associated with Climate Change. *Science*, 28 October 2011, Vol. 334, No. 6055, pp. 456-457, DOI: 10.1126/science.1208821, <http://www.sciencemag.org/content/334/6055/456.summary>.

Displacement Solutions

- 2009 *Climate Change Displaced Persons and Housing, Land and Property Rights. Preliminary Strategies for Rights-based Planning and Programming to Resolve Climate-induced Displacement*. Geneva, http://displacementsolutions.org/files/documents/DS_Climate_change_strategies.pdf.

Gallina, A.

- 2010 *Human Mobility Report 2011. Migration and Human Development in African, Caribbean and Pacific Countries*. ACP Secretariat, Brussels.

Gemenne, F.

- 2011 Why the numbers don't add up: A review of estimates and predictions of people displaced by environmental changes. *Global Environmental Change*, doi:10.1016/j.gloenvcha.2011.09.005, <http://www.bis.gov.uk/assets/bispartners/foresight/docs/migration/modelling/11-1188-mr7-why-the-numbers-dont-add-up-estimates-of-people-displaced.pdf>.

Global Forum on Migration & Development (GFMD)

- 2010 *Global Forum on Migration & Development Mexico 2010, Roundtable 3 – Policy and institutional coherence to address the relationship between migration and development*, <http://www.gfmd.org/en/documents-library/mexico-2010.html>.

Government Office for Science

- 2011 *Foresight: Migration and Global Environmental Change. Final Project Report*, Government Office for Science: London. <http://www.bis.gov.uk/assets/bispartners/foresight/docs/migration/11-1116-migration-and-global-environmental-change>.

Inter-Agency Standing Committee (IASC)

- 2006 *Protecting persons affected by natural disasters. IASC Operational Guidelines on Human Rights and Natural Disasters*, <http://www.humanitarianinfo.org/iasc/pageloader.aspx?page=content-products-products&sel=1>.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)

- 2001 *Climate Change 2001, IPCC Third Assessment Report*. Cambridge: Cambridge University Press, http://www.grida.no/publications/other/ipcc_tar/.
- 2007 *Climate Change 2007, IPCC Fourth Assessment Report*, Cambridge University Press, Cambridge, http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_and_data_reports.shtml.

Internal Displacement Monitoring Centre of the Norwegian Refugee Council (IDMC) and the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)

- 2009 *Monitoring disaster displacement in the context of climate change*. IDMC, Norwegian Refugee Council and OCHA, Geneva, [http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/\\$file/monitoring-disaster-displacement.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/12E8C7224C2A6A9EC125763900315AD4/$file/monitoring-disaster-displacement.pdf).

International Council on Human Rights Policy (ICHRP)

- 2008 *Climate Change and Human Rights: A Rough Guide*. Versoix, http://www.ichrp.org/files/reports/45/136_report.pdf.

Jäger, J. et al. (ed.)

- 2009 *Environmental Change and Forced Migration Scenarios. Synthesis Report*, http://www.each-for.eu/documents/EACH-FOR_Synthesis_Report_090515.pdf.

Kniveton, D. et al.

- 2009 Challenges and approaches to measuring the migration–environment nexus. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. Geneva, pp. 41-111, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

Laczko, F. e Aghazarm, C.

- 2009 Introduction and Overview: Enhancing the knowledge base. In IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. Geneva, pp. 7-40, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

Leighton, M., X. Shen e K. Warner

- 2011 *Climate Change and Migration: Rethinking Policies for Adaptation and Disaster Risk Reduction*. Studies of the University: Research, Counsel, Education, Publication Series of UNU-EHS, No. 15/2011, <http://www.ehs.unu.edu/file/get/8468>.

Martin, S. F.

- 2009 Managing environmentally induced migration. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*, Geneva, pp. 353-384, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf
- 2010 *Climate Change, Migration and Adaptation*. The German Marshall Fund of the United States (GMF), Washington, http://www.gmfus.org/galleries/default-file/SMartinAdaptation_V3.pdf.

McAdam, J.

- 2011 *Climate Change Displacement and International Law: Complementary Protection Standards*. Legal and Protection Policy Research Series, UNHCR, Division of International Protection, Geneva, <http://www.unhcr.org/4dff16e99.pdf>.

McCarthy, J. J. et al. (eds.)

- 2001 Climate Change 2001. Impacts, Adaptation and Vulnerability. Chapters 10, 11, 17 and 18. Contribution of Working Group II to the 3rd Assessment Report of the Intergovernmental Panel of Climate Change. In: IPCC (2001): *Climate Change 2001, IPCC Third Assessment Report*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 75-967, http://www.grida.no/publications/other/ipcc_tar/.

Ministry for the co-ordination of environmental affairs Mozambique (MICOA)

- 2007 *National Adaptation Programme of Action (NAPA)*, <http://unfccc.int/resource/docs/napa/moz01.pdf>.

Ministry of Environment, Conservation and Meteorology Honiara / Global Environment Facility (GEF) / United Nations Development Programme (UNDP)

- 2008 *Solomon Islands National Adaptation Programmes of Action*, <http://unfccc.int/resource/docs/napa/slb01.pdf>.

Ministry of Natural Resources Lesotho et al.

- 2007 *Lesotho's National Adaptation Programme of Action (NAPA) on Climate Change. Under the United Nations' Framework Convention on Climate Change*, <http://unfccc.int/resource/docs/napa/lso01.pdf>.

Mimura, N. et al.

- 2007 Small islands. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel of Climate Change. In: IPCC (2007): *Climate Change 2007, IPCC Fourth Assessment Report*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 687-716, <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg2/ar4-wg2-chapter16.pdf>.

Naik, A.

- 2009 Migration and Natural Disasters. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*, Geneva, pp. 245-317, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

Observatório ACP das Migrações

- 2011 *Manual de Investigação para investigação apoiada pelo Observatório ACP das Migrações*. ACPOBS/2011/PUB01. Observatório ACP das Migrações/OIM, Bruxelas. <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Research%20Guide%20Complete%20Final.pdf>.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2007 *Discussion Note: Migration and the Environment*. 94th Council Session Document MC/INF/288 (2007), http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/about_iom/en/council/94/MC_INF_288.pdf.
- 2008a *Expert seminar: Migration and the Environment*. IOM, Geneva, http://publications.iom.int/bookstore/free/IDM_10_EN.pdf.
- 2008b *Migration and Climate Change, IOM Migration Research Series*, No. 31, IOM, Geneva.
- 2008c *Migration, Development and Environment, IOM Migration Research Series*, No. 35, IOM, Geneva.

- 2009a *Compendium of IOM's activities in Migration, Climate Change and the Environment*, http://publications.iom.int/bookstore/free/Compendium_of_IOMs_Activities.pdf.
- 2009b *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. Geneva, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.
- 2009c *Migration Initiatives Appeal 2009*. Geneva, http://iom.ch/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/Migration%20Initiatives09.pdf.
- 2009d *Republic of the Marshall Islands. Migration, Climate Change and Environmental Degradation*, <http://www.iom.ch/jahia/Jahia/asia-and-oceania/oceania/marshall-islands/cache/offonce/>.
- 2010a *Kenyan Pastoralists affected by climate change take to deep lake fishing*, MRF Nairobi Bulletin, vol.3, issue 9, December 2010, http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/activities/countries/docs/kenya/IOM_Nairobi_Newsletter_December_2010.pdf.
- 2010b *World Migration Report 2010. The Future of Migration: Building Capacities for Change*, http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf.
- 2011a *Climate Change, Environmental Degradation and Migration*. Background paper, IOM, Geneva.
- 2011b *Climate change, migration and critical international security considerations*, *IOM Migration Research Series*, No. 42, IOM, Geneva.
- 2011c *IOM Response to the Horn of Africa Crisis. External Situation Report*. 22 November 2011, <http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/media/docs/reports/IOM-Horn-of-Africa-Sitrep.pdf>.

Oxfam International

- 2005 *The tsunami's impact on women*. Oxfam Briefing Note, March 2005, http://www.preventionweb.net/files/1502_bn050326tsunamiwomen.pdf.

Parry, M. et al.

- 2007 Africa. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel of Climate Change In: IPCC (2007): *Climate Change 2007, IPCC Fourth Assessment Report*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 80-841, http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg2/en/frontmatter.html.

Permanent Mission of Greece Geneva/IOM

- 2009 *Climate change, environmental degradation and migration: addressing vulnerabilities and harnessing opportunities*. Geneva, http://publications.iom.int/bookstore/free/HSN_Quadrilingual_Report.pdf.

Ramphal Centre

- 2011 *People on the move. Managing migration in today's Commonwealth. The second report of the Ramphal Commission on Migration and Development*. London, http://www.ramphalcentre.org/pdf/Ramphal_Second_Report_Commission_Mig_and_Dev.pdf.

Renaud, F. G. et al.

- 2011 *A Decision Framework for Environmentally Induced Migration*, International Migration. Vol. 49 (S1) 2011, <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2010.00678.x/pdf>.

Republic of Niger/Global Environment Facility (GEF)/United Nations Development Programme (UNDP)

- 2006 *National Adaptation Programme of Action*, <http://unfccc.int/resource/docs/napa/ner01e.pdf>.

Tacoli, C.

- 2010 *Moving to adapt to climate change. Reflect & Act*. International Institute for Environment and Development (IIED), <http://pubs.iied.org/pdfs/G02999.pdf>.

- 2011 *Not only climate change: mobility, vulnerability and socio-economic transformations in environmentally fragile areas of Bolivia, Senegal and Tanzania*. Human Settlements Working Paper Series. Rural-Urban Interactions and Livelihood Strategies, No. 28, International Institute for Environment and Development (IIED), <http://pubs.iied.org/pdfs/10590IIED.pdf>.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)

- 2010 *The least developed countries report 2010. Towards a New International Development Architecture for LDCs*. New York and Geneva, http://www.unctad.org/en/docs/ldc2010_en.pdf.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (UN DESA)

- 2009 *Trends in International Migrant Stock*. Rev. 2008, Population Division, New York, http://www.un.org/esa/population/migration/UN_MigStock_2008.pdf

United Nations Development Programme (UNDP)

- 2008 *Timor-Leste*. News Quarterly. Volume 11, June 2008, <http://www.tl.undp.org/undp/Newsletter/june1.pdf>.

United Nations Economic Commission for Africa (UNECA)

- 2008 *Africa Review Report on Drought and Desertification*, http://www.uneca.org/eca_resources/Publications/books/drought/index.htm.

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)

<http://unfccc.int/2860.php>.

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)

- 2010 *Pacific Islanders face the reality of climate change*. Refugee Newsletter No.1/2010, Canberra regional office, p. 8, <http://www.unhcr.org.au/pdfs/UNHCRNewsletter2010smallsize.pdf>.

United Nations Inter-Agency Secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction (UN/ISDR)

- 2004 *Living with Risk. A global review of disaster reduction initiatives.* 2004 Version-Volume I, New York and Geneva, http://www.unisdr.org/files/657_lwr1.pdf.

United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (UN-OHRLS)

- 2009 *The Impact of Climate Change on the Development Prospects of the Least Developed Countries and Small Island Developing States.* New York, <http://www.unohrlls.org/UserFiles/File/LDC%20DocumentsThe%20impact%20of%20CC%20on%20LDCs%20and%20SIDS%20for%20web.pdf>.

United Republic of Tanzania/United Nations Development Programme (UNDP)/Global Environment Facility (GEF)

- 2007 *National Adaptation Programme of Action (NAPA)*, <http://unfccc.int/resource/docs/napa/tza01.pdf>.

United States Agency for International Development (USAID)

- 2010 *Climate Change, property rights and resource governance. Emerging implications for USG Policies and Programming. Property rights and resource governance, Briefing Paper #2*, <http://www.rmportal.net/library/content/climate-change-property-rights-resource-governance-emerging-implications-for-usg-policies-and-programming>.

Van der Geest, Kees

- 2009 Ghana. Case Study Report. "Migration and natural resources scarcity in Ghana". *Environmental Change and Forced Migration Scenarios*, http://www.each-for.eu/documents/CSR_Ghana_090126.pdf.

Warner, K. et al.

- 2009a *In Search of Shelter. Mapping the Effects of Climate Change on Human Migration and Displacement*, http://issuu.com/careandclimatechange/docs/care_in_search_of_shelter.

- 2009b Researching environmental change and migration: evaluation of EACH-FOR methodology and application in 23 case studies worldwide. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. Geneva, pp. 197-243, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

Zetter, R.

- 2009 The role of legal and normative frameworks for the protection of environmentally displaced people. In: IOM (2009b): *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*, Geneva, pp. 385-441, http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf.

África Oriental
 África Central
 África Austral
 Caribe
 saúde
 formação
 Timor-Leste
 desenvolvimento
 República Democrática do Congo
 estatísticas
 África Ocidental
 direitos
 Pacífico
 gênero
 remessas
 Trindade e Tobago
 base de dados
 diásporas
 Senegal
 trabalho
 Sul-Sul
 Camarões
 Tanzânia
 tráfico de pessoas
 deslocamento
 integração
 Quênia
 Lesoto
 urbanização
 Papua
 Nova Guiné
 Meio ambiente
 Observatório migração

Observatório ACP das Migrações
 20, rue Belliardstraat (7º andar)
 1040 Bruxelas - Bélgica
 Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49
 ROBrusselsACP@iom.int - www.acpmigration-obs.org



Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

